O SABER ESCOLAR NOS PRIMEIROS ANOS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (1935-1944): UM ESTUDO A PARTIR DA REVISTA *GEOGRAFIA* E DO *BOLETIM DA AGB*

SCHOOL KNOWLEDGE IN THE FIRST YEARS OF THE ASSOIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (1935-1944): A STUDY BASED ON THE REVISTA GEOGRAFIA AND THE AGB BULLETIN

EL SABER ESCOLAR EM LOS PRIMEIROS AÑOS DE LA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEÑOS (1935-1944): UN ESTUDIO COM BASE EN LA REVISTA GEOGRAFIA Y EN EL BOLETIM DA AGB

Maria Rita de Castro Lopes
Universidade de São Paulo (USP)
ritacastrolopes@yahoo.com.br

Resumo:
A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934, surgiu logo após a fundação do primeiro curso de licenciatura em Geografia no Brasil, na Universidade de São Paulo. Enquanto uma comunidade científica, a AGB não se limitou apenas à produção de pesquisas acadêmicas, atuou como um agente externo à escola, com o objetivo de influenciar no saber escolar. A pesquisa realizou uma compreensão histórica de como a AGB buscou forjar o saber escolar de 1935-1944. As principais fontes documentais foram os periódicos *Geografia* e *Boletim da AGB*, produzidos pela própria entidade. Para a análise historiográfica, utilizou-se como referencial teórico Ivor Goodson, no que concerne aos seus estudos de caráter sócio-histórico do saber escolar e Horácio Capel para compreender a história das associações científicas. A associação estrategicamente sabia da importância da escola como um lugar de transmissão do conhecimento, que contribuiria para uma ruptura epistemológica na Geografia desenvolvida no Brasil.

Palavras-chave: AGB, Saber escolar, periódicos.

Abstract:
The Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), in 1934, emerged shortly after the foundation of the first degree course in Geography in Brazil, at the University of São Paulo. As a scientific community, the AGB was not limited to the production of academic research, it acted as an external agent to the school, with the objective of influencing school knowledge.The research carried out a historical understanding of how AGB sought to model school knowledge from 1935-1944. The main documentary sources were the periodicals Geografia and Boletim da AGB, prepared by the entity itself.For the historiographical analysis, Ivor Goodson was used as a theoretical reference, regarding his studies of socio-historical character of school knowledge and Horácio Capel to understand the history of scientific associations.The association was strategically aware of the importance of the school as a place of knowledge transmission, which would contribute to an epistemological rupture in the Geography developed in Brazil.

Keywords: AGB, school knowledge, periodicals.

Resumen:
La Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), en 1934, surgió poco después de la fundación del primer curso de licenciatura de Geografía en Brasil, en la Universidade de São Paulo. Como comunidad científica, la AGB no se limitó a la producción de investigación académica, actuó como un agente externo a la escuela, con el objetivo de incidir en el saber escolar. La investigación llevó a cabo una comprensión histórica de como la AGB buscó forjar el saber escolar desde 1935-1944. Las principales fuentes documentales fueron las revistas *Geografía* y *Boletim da AGB*, producidos por la propia entidad. Para el análisis historiográfico, se utilizó como referente teórico Ivor Goodson, sus estudios de carácter sociohistórico del saber escolar, y Horácio Capel para comprender la historia de las asociaciones científicas. La asociación conocía estratégicamente la importancia de la escuela como lugar de transmisión de conocimientos, lo que contribuiría para una ruptura epistemológica en la Geografía desarrollada en Brasil.

Palabras-clave: AGB, saber escolar, periódicos.

Introdução

Somos apresentados a diferentes saberes ao longo da nossa vida escolar, que são sistematizados em forma de disciplinas, como a Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e outras. Cada disciplina possui sua seleção e organização de conteúdos, cujo objetivo é produzir um saber escolar específico. Apesar das disciplinas parecerem algo tão natural no nosso cotidiano escolar, deve-se entender que cada uma foi criada para atender a necessidade de conhecimento de um determinado período histórico, sendo seus objetivos redefinidos ao longo do tempo.

Chervel (1990) a partir dos seus estudos demonstrou que o saber escolar não é apenas uma vulgarização do conhecimento de referência[1]. Apesar das disciplinas escolares pertencerem a uma cultura escolar, paralelamente elas mantêm relações com os saberes e agentes exteriores à escola.

Não é simples conceituar o que é uma disciplina escolar, porque ela está "relacionada a concepções mais complexas sobre a escola e o saber que ela produz e transmite assim como o papel e o poder do professor e dos variados sujeitos externos à vida escolar na constituição do conhecimento escolar" (BITTENCOURT, p.35, 2011). A proposta da pesquisa é realizar uma compreensão histórica de como a Associação dos Geógrafos Brasileiros buscou forjar o saber escolar, a partir de seus periódicos de 1935-1944, enquanto um agente externo, que pretendia ser uma força hegemônica.

Os periódicos investigados, *Geografia* (1935-1936) e o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* (1941-1944),

[1] Entende-se que o conhecimento de referência é aquele ensinado das universidades, que são desenvolvidos a partir de pesquisas científicas.

consistiram em um lugar de produção e de circulação dos conhecimentos e valores da associação dos geógrafos. Catani (1999 *apud* BICCAS, 2008, p. 24) afirmou que, substancialmente, os repertórios dos impressos "podem fornecer materiais básicos, dados que funcionam como ponto de partida para localização de informações para pesquisa sobre história da educação, das práticas ou das disciplinas escolares e dos sistemas de ensino". Desde a década de 1980, os impressos são utilizados como uma modalidade de fonte de pesquisa entre os historiadores da educação no Brasil (MARTINS, 2002).

Capel (1989), nos seus trabalhos, ressaltou a importância das revistas científicas como um lugar de difusão de pesquisas e ideias, que mostra a vitalidade de uma ciência, sendo indispensável para o seu desenvolvimento e reconhecimento diante a comunidade científica. Portanto, entende-se que seja possível investigar as ideias e os valores difundidos pela Seção São Paulo no que concerne ao saber escolar a partir dos seus periódicos.

A princípio a AGB surgiu como uma comunidade científica. Por isso é importante diferenciar o saber escolar do saber acadêmico. Entende-se que o saber científico e o saber escolar atendem a finalidades diferentes. O primeiro é de um problema para o qual a ciência deve tratar de dar resposta, que é submetido a um procedimento metodológico próprio da ciência para ser reconhecido entre os seus pares enquanto legítimo (LESTEGÁS, 2002, p. 174). Enquanto o segundo "não decorre apenas dos objetivos da ciência de referência, mas de um complexo sistema de valores e de interesse próprios da escola e do papel por ela desempenhado na sociedade letrada e moderna" (BITTENCOURT,

2011, p. 39). Na atualidade, admite-se uma relação de troca entre os saberes produzidos na academia e na escola, "numa dinâmica de mão dupla", não apenas a determinação da primeira instituição sobre a segunda (ALBUQUERQUE, 2011, p. 20).

Para compreender melhor a respeito do saber escolar e da associação científica, optou-se por utilizar Ivor Goodson (2001; 2018) e Horácio Capel (1989) como referenciais teóricos. O primeiro é um pesquisador inglês que, a partir dos seus estudos de caráter sócio-histórico acerca do conhecimento e ao investigar as práticas passadas, contribui para pensarmos a escola como um espaço de produção do saber, que também mantém relação com agentes externos que podem ser responsáveis por redefinir os saberes escolares. Por exemplo, normalmente, os agentes externos são os responsáveis por prescrever os currículos e os livros didáticos, que passam a ser considerados os saberes escolares a serem ensinados. Já Capel é um pesquisador espanhol que possui uma ampla bibliografia envolvendo a história da disciplina científica Geografia, em que se buscou uma análise a partir de diversas dimensões, como a intelectual, o conhecimento e os aspectos sociais, institucionais e da comunidade científica.

O trabalho historiográfico exige do pesquisador um olhar múltiplo para suas fontes documentais, não bastando apenas analisar o conteúdo nelas impressas. Isso porque os periódicos *Geografia* e *Boletim da AGB*, enquanto fontes primárias, devem ser entendidos como resultados de diferentes ações de decisões técnicas ou mesmo de posicionamento de ideias vigentes em determinado período.

A primeira parte do texto, evidenciou o surgimento do primeiro curso de Geografia do Brasil e a fundação da AGB. Os dois subcapítulos seguintes tratam do surgimento e identificaram os conteúdos e as preocupações em torno do saber escolar nos periódicos da entidade, primeiramente na revista *Geografia* e depois no *Boletim da AGB*.

AGB e a produção de seus periódicos

No Brasil, diferentes disciplinas escolares precederam os cursos acadêmicos, como a Geografia, no passado sendo lecionada por professores que eram pessoas curiosas e autodidatas desse conhecimento. De acordo com Rocha (1996), neste momento, uma parcela dos professores do ensino básico eram profissionais oriundos de outras profissões, os quais muitos atuavam na docência até encontrar uma boa posição na sua profissão de origem.

Após a derrota paulista de 1932, sua elite ilustrada iniciou a proposta de criação da Universidade de São Paulo (USP), como uma estratégia política de alcançar uma notoriedade científica e novamente acender um destaque nacional. De acordo com Zusman (1996), com o surgimento da USP, a elite paulistana resgatou a ideia do bandeirante pioneiro e desbravador, tendo em vista construir uma imagem de São Paulo como o centro radiador de conhecimento especializado do país.

Em 1934, ocorreu a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, com o primeiro curso de Geografia do país, ministrado em conjunto com o curso de História. No mesmo ano da criação do curso de Geografia da USP, foi fundada a AGB. No ano seguinte, em 1935, criaram o curso de

Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF), cujo professor da cadeira Pierre Deffontaines, um dos responsáveis pela fundação da AGB em São Paulo, também, passou a ser o responsável pela formação da associação dos geógrafos na cidade do Rio de Janeiro.

A criação das universidades foi importante porque proporcionou a formação dos primeiros professores especialistas de Geografia no Brasil, contudo não supriu a demanda que existia por esses profissionais em todo o território brasileiro. De acordo com Rocha (2000), existe a convicção que esses primeiros licenciados foram fundamentais para o processo de consolidação de um conhecimento escolar com caráter menos mnemônico, mais próximo de uma orientação moderna.

Um grupo restrito de intelectuais contribuiu com a proposta política da elite paulista, ao fundar a AGB, aos moldes da *Association de Géographie Française*, que protagonizou intensos estudos científicos de São Paulo e do Brasil. A Associação dos geógrafos inicialmente foi composta por especialistas de diferentes áreas: advogados, geólogos, engenheiros e outros; que desenvolveram pesquisas sobre as potencialidades econômicas e a ocupação do território nacional, a partir de um discurso de base científica.

Tal ruptura teórico-metodológica divulgada pelos periódicos, podem não ter se limitado apenas à Geografia no âmbito acadêmico, mas também ter influenciado mudanças no saber da Geografia escolar.

Entre 1935, a associação publicou o seu primeiro periódico denominado simplesmente de Geografia[2]. Como a AGB não tinha completado um ano de fundação, ainda possuía um número pequeno de associados, ela teve algumas dificuldades de manter suas publicações, tanto por questões financeiras e por falta de contribuições de pesquisas. No total foram sete periódicos publicados, quatro em 1935 e três em 1936.

O segundo periódico, consiste no *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, de 1941 a 1944, com cinco publicações. Dessa vez, a entidade precisou de parceria, lançando o primeiro número do *Boletim da AGB* junto com a *Revista Brasileira de Geografia (RBG)* produzida pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG). O primeiro volume saiu publicado na RBG, ano III, nº 1, jan-mar 1941, ocupou poucas páginas e tinha mais o caráter de informar as atividades realizadas pela entidade. Segundo a publicação do *Boletim da AGB*:

> Graças à compreensão total e à gentileza do Presidente do Conselho Nacional de Geografia e de seu secretário-geral, tornou-se possível a publicação de um Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, no qual serão resumidas as comunicações feitas, tanto no centro fundador paulista, como no núcleo do Rio de Janeiro" (RBG, 1941, p. 181).

É relevante entender que a AGB e o CNG mantinham condições estruturais muito díspares. O CNG teve muito mais recursos financeiros, materiais e pessoas técnicas para a realização dos seus estudos e publicações porque era um órgão geográfico

[2] Em um depoimento concedido por Manuel Correia de Andrade, em 1991, para a revista *Terra Livre*, o geógrafo ressalta a importância da revista *Geografia* e a necessidade de estudá-la, por causa da sua relevância histórica na Geografia no país.

oficial do governo federal. A AGB, fundada fora da capital federal, consistia em uma instituição privada; desse modo, possuía um financiamento muito mais restrito, que vinha dos seus associados e, às vezes, da USP e de alguns políticos paulistas.

Apesar de pouca verba, em 1942, a partir da segunda edição, o *Boletim da AGB* não foi mais publicado junto com a RBG. A associação conseguiu produzi-lo de forma autônoma em São Paulo com o auxílio financeiro da USP.

Revista *Geografia*: trajetória e o saber escolar

O interesse de realizar uma publicação própria da Associação dos Geógrafos Brasileiros está presente em seu primeiro estatuto. A difusão do conhecimento produzido pela associação, a partir de pesquisas e outras atividades de formação acadêmica contribuiria para uma projeção e na conquista de reconhecimento junto à comunidade científica nacional e internacional.

No segundo número da revista *Geografia* (1935), o editor afirmou que a revista teve uma boa aceitação entre os docentes do ensino escolar. Se houve excesso do seu editor, deve-se aqui destacar a relevância desta publicação, visto que, neste período, eram poucos os periódicos que tratavam da Geografia e, principalmente, do território brasileiro[3].

Os membros da associação almejavam formar uma escola geográfica brasileira a partir da Universidade de São Paulo

[3] Na documentação do acervo Caio Prado Júnior, no IEB, existem registros de atas das assembleias ordinárias e cartas de diferentes pedidos de aquisição da revista *Geografia*, tanto para uso individual quanto de instituições particulares ou públicas.

(DEFFONTAINES, 1935a, p. 8). Com a criação da revista *Geografia*, as produções e as concepções geográficas da entidade poderiam alcançar um número maior de cientistas e docentes do ensino básico. Por exemplo, as pesquisas publicadas nos periódicos poderiam contribuir nas referências bibliográficas dos cursos de formação de professor do ensino superior ou atualização do docente do ensino secundário.

A comissão de redação do novo periódico era constituída pelos membros fundadores da associação dos geógrafos em São Paulo; no primeiro momento era composta por Dr. Luiz Flores de Moraes Rêgo, Dr. Geraldo Paula Souza, Dr. Agenor Machado e Caio Prado Júnior. Após a saída de Pierre Deffontaines como docente da FFCL, houve o ingresso do Prof. Pierre Monbeig que, em seguida, assumiu a direção da associação e a comissão de redação do periódico.

Novas seções foram incorporadas no periódico, como a criação de "Livros", com a divulgação de obras consideradas referências ou lançamento, e de "Notas e Críticas", com resumos e resenhas de trabalhos publicados em livros, revistas ou jornais. Reuniões, excursões, debates apresentados em suas assembleias e outras atividades também eram descritos nos periódicos, para que seus membros e outras pessoas interessadas tomassem conhecimento do cotidiano da entidade. Por isso, a partir da revista *Geografia* é possível realizar uma compreensão histórica da associação em São Paulo, ao recuperar parte do pensamento e das ações dos seus membros atuantes e construtores nesse período.

Nas sete edições da revista *Geografia*, sete textos tratam diretamente do saber escolar, sendo eles analisados para compreensão histórica aqui proposta (Quadro 1):

Quadro 1. Textos da revista *Geografia* que tratam do saber escolar (1935-1936)

Ano	Ano/ nº	Forma textual/ Seção	Título	Autor
1935	I / nº 2	Pesquisa	Regiões e paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional	Pierre Deffontaines
1935	I / nº 4	Críticas e notas	O ensino secundário de Geografia	Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição V. de Carvalho
1935	I / nº 4	Livros	Aroldo de Azevedo: Geografia Humana (curso pre-juridicos); Geografia para quarta série. Vols. XXVI e XXXVIII da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1934 e 1935	Pierre Monbeig
1936	II / nº 1	Cadeira de Geografia da FFCL	Excursão ao morro do Jaraguá e Visitas às Cia. Docas de Santos	José de Oliveira Orlandi
1936	II / nº 1	Cadeira de Geografia da FFCL	O film cinematographico na geografia	José de Oliveira Orlandi
1936	II / nº 4	Cadeira de Geografia da FFCL	O ensino da Geografia no curso secundário	Aroldo de Azevedo
1936	II / nº 4	Cadeira de Geografia da FFCL	A excursão no ensino da Geografia	João Dias da Silveira

Org. Autora.

Para Pierre Deffontaines as regionalizações existentes do estado de São Paulo eram "[...] ainda totalmente na infancia. Na falta de melhor, adotou-se a divisão arbitraria creada pelas companhias de estradas de ferro" (DEFFONTAINES, 1935b, p.

119). Supostamente, a falta de pensar cientificamente o território paulista, fez com que o geógrafo francês desse início ao estudo que originou o texto "O primeiro esboço de regionalização do Estado de São Paulo" (DEFFONTAINES, 1935b), teve como base a transformação da paisagem e a expansão cafeeira. É relevante destacar que a regionalização científica do Estado de São Paulo, para Pierre Deffontaines, contribuiria também para os estudos geográficos no ensino secundário.

> O trabalho do Prof. Deffontaines é a primeira tentativa científica de divisão regional do Estado de São Paulo que se faz entre nós. Será inutil encarecer a utilidade de um tal estudo: a divisão regional é um primeiro passo necessario a qualquer estudo sério de geografia local, uma base imprecindivel para o conhecimento geográfico de um país. A falha até hoje existente neste terreno era sensível e tornava quasi impossível uma compreensão verdadeiramente científica do nosso Estado. O Prof. Deffontaines, que em 1934 regeu a cadeira de Geografia da Universidade de S. Paulo, com sua dupla experiencia de cientista e professor sentiu-a muito bem, e não quis deixar o país sem antes prestar mais este serviço á causa geográfica nacional. Há neste trabalho do Prof. Deffontaines, sem duvida, pontos a serem retocados e mesmo alterações a serem introduzidas. Mas em conjunto póde-se dizer que é obra definitiva e que certamente prestará serviços relevante não só aos estudiosos da matéria, mas principalmente ao ensino da geografia em nossas escolas (N. da R.). (DEFFONTAINES, 1935b, p. 117, grifo nosso)

Em 1935, após Pierre Deffontaines retornar à França, manteve seu diálogo e continuou contribuindo com a AGB, por meio de carta com alguns membros da associação. Em uma das suas correspondências, para Caio Prado Júnior, expõe a sua preocupação

em receber alguns dados, fotos e pesquisas para continuar desenvolvendo a regionalização do estado de São Paulo. Em seguida, revela o desejo que sua versão tenha repercussão principalmente no ensino secundário (Instituto de Estudos Brasileiros-IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc. 02.01.01.07). Fato que exigiu esforços de alguns membros da entidade, em um período em que existia escassez de recurso financeiro para a realização de excursões e limitações de estudos e dados sobre o território paulista.

No mesmo ano, em outra carta, Deffontaines informou ao Caio Prado Júnior que estava sendo impresso na França um mapa de sua regionalização paulista[4] e, logo mais, o enviaria para o Brasil (IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc. 02.01.01.09)[5]. Em 1936, Deffontaines publicou nos *Annales de Géographie*, o artigo *"Pays et paysages de État de Saint-Paul: première esquisse de division régionale"*, nele consta o mapa *"Régions naturelles de l' état de Saint-Paul"*[6], com o total de19 regiões.

Desde o início da fundação da AGB, em 17 de setembro de 1934, a elaboração da regionalização do estado de São Paulo era um objetivo a ser tratado pela associação, principalmente por Pierre Deffontaines, como é possível verificar na sua ata de fundação[7]

[4] O texto publicado na *Geografia*, apesar de ser o primeiro esboço de divisão regional de Deffontaines, "Regiões e paisagens do Estado de São Paulo", não conta com nenhuma produção cartográfica; no entanto, o material contém fotografias de várias regiões do território paulista.

[5] Em 1935, Caio Prado Júnior escreveu para Júlio de Mesquita falando sobre o interesse em publicar a carta mural do estado de São Paulo (IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc. 02.01.01.05).

[6] Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_00034010_1936_num_45_253_18590>. Acesso em: 22 maio 2021.

[7] O trabalho de regionalização de São Paulo continuou com o geógrafo Pierre Monbeig e coletivamente com os seus discípulos, com monografias de algumas regiões paulistas a partir da sua familiaridade.

(IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc 01.02.01, livro de atas de reuniões).

O saber transmitido pela disciplina Geografia tem sua relevância para os cientistas, isto porque ela pode contribuir no reconhecimento social e na difusão de novos conhecimentos desenvolvidos na academia. Tanto que, é relevante constatar que a regionalização, com o passar do tempo, tornou-se uma vulgata do ensino de Geografia no Brasil (PEREIRA, 2019; SILVA, 2018). Alguns pesquisadores compreendem que a regionalização foi uma proposta de modernização do ensino de Geografia no país (PONTUSCHKA *et al.*, 2007; ROCHA, 1996) para romper com um ensino simplesmente mnemônico.

Observa-se que o geógrafo francês teve uma preocupação em desenvolver os estudos regionais para o ensino básico, além da academia e outras instâncias governamentais. Provavelmente, Pierre Deffontaines, compreendia a relevância da disciplina Geografia no ensino básico para mudar certas tradições, por ter vindo de um país onde o currículo do ensino básico era mais estruturado.

Os textos voltados diretamente ao saber escolar são publicados a partir da quarta edição, sendo o primeiro uma proposta curricular[8] escrita em 1935, denominada "O ensino secundário de Geografia" na seção "Críticas e notas", citada em algumas pesquisas, no entanto ainda pouco investigada, como: o seu contexto de elaboração e o nível de influência sobre os programas

[8] A partir de um sentido mais amplo, para Goodson (2018, p.20) o currículo pode ser compreendido "como todo um conjunto de discursos, documentos, histórias e práticas que imprimem identidade nos indivíduos no processo escolar".

oficiais de ensino. A leitura da proposta curricular da AGB de 1935, possibilitou compreender com maior profundidade e analisar os saberes geográficos que eram selecionados e valorizados pela entidade.

Na 22° reunião ordinária, realizada no dia 4 de novembro de 1935, Aroldo de Azevedo sugeriu a elaboração de uma proposta curricular para o ensino secundário (IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc.01.02.23), que seria encaminhada para o Ministério da Educação. Aroldo de Azevedo[9], possivelmente, enquanto professor de Geografia do ensino básico e autor de livros didáticos estava atento às reformas e aos debates educacionais do período. Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho[10] tiveram a responsabilidade de elaborar o programa de Geografia para o curso secundário. Na assembleia consecutiva os membros aprovaram o documento, em seguida, encaminharam para as autoridades:

> Almeida Júnior, da Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo; Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública; Cantídio de Moura Campos, secretário de Educação e Saúde Pública de São Paulo; Fernando de Azevedo, diretor do Instituto de Educação de São Paulo; Anísio Teixeira, secretário de Educação do Distrito Federal; e Nóbrega da Cunha, diretor do Ensino Secundário do Distrito Federal. (SEABRA, 2008, p. 106)

[9] Aroldo de Azevedo ainda não tinha ingressado no curso de Geografia e História da FFCL.

[10] Maria Conceição V. de Carvalho foi professora de Geografia do ensino secundário no colégio Mackenzie de 1929 até 1945. Ingressou na FFCL em 1936. Realizou o primeiro doutorado em Geografia no país., *Santos e a Geografia Humana do litoral paulista*", sob orientação de Pierre Monbeig.

Caio Prado Júnior enquanto secretário da associação redigiu e enviou a seguinte carta às autoridades:

> São Paulo, 16 de novembro de 1935
> Exmo. [...]
> Tenho a honra de passar às mãos de V. excia. o projeto de programa para o ensino da Geografia nos cursos secundários, elaborado por uma comissão designada para este fim pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, de S. Paulo, e composta dos Srs. Pierre Monbeig, da Universidade de S. Paulo, Dr. Aroldo de Azevedo e D. M. Conceição Vicente de Carvalho.
> A A.G.B. tomou esta iniciativa porque trata-se no momento atual da reforma do nosso ensino secundário, e no cumprimento do seu programa, ela não poderia deixar de trazer esta sua contribuição que ora tem a honra de submeter á esclarecida apreciação de V. Excia.
> Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e distinta consideração.
> Caio Prado Júnior
> Secretário
> (IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc. 02.02.03)

O texto do programa curricular, "O ensino secundário de Geografia", apresenta uma sugestão de programa de ensino voltado para a primeira até a quinta série, etapa que era denominada de ensino ginasial. Na proposta a entidade defendeu a modernização do conteúdo de Geografia, "para uma compreensão científica da matéria", assim superando um ensino supostamente mnemônico. Apesar da preocupação com o conteúdo científico no programa curricular, existia uma preocupação também pedagógica, ao alertar os docentes que a finalidade intelectual do ensino de Geografia no secundário era de formar uma "cultura Geral e não de especialista" (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 77).

A proposta curricular prescreve uma lista com as principais características de ensino de Geografia para cada série. É sugerido na primeira série um ensino mais concreto e familiar, do local para o Brasil. Nos anos seguintes os estudantes seriam conduzidos à Geografia Geral, como na segunda série onde os estudos deveriam ser voltados aos continentes. Propõe retomar e aprofundar a Geografia do Brasil na terceira série. Na quarta e quinta série, para um maior aprofundamento científico, o estudo volta-se à Geografia Geral, com conteúdo mais abstratos e relações políticas, culturais e econômicas. É importante destacar que o programa curricular enfatizou a proposta de uma Geografia Moderna, que substituiria o antigo sistema mnemônico; no entanto, não se tratou de radicalizar e eliminar qualquer tipo de nomenclatura na proposta curricular, "mas sim incorporá-lo ao ensino de modo inteligente e refletido" (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 78).

Verifica-se que a proposta curricular tem início com conteúdo mais concretos no ensino secundário, isto é, mais próximo da realidade dos estudantes. E gradativamente sugere que o docente trabalhe com conteúdo mais abstrato, por exemplo, presente na Geografia Regional. O ensino de Geografia partir do concreto para o abstrato, ou do local para o geral, aproximou-se à concepção que atualmente chamamos de círculos concêntricos, apesar de não usarem essa denominação ao longo do texto. Pode-se dizer que, nesse período, o método de ensino a partir do círculo concêntrico não era nenhuma novidade, já havia um consenso na comunidade pedagógica sobre sua importância, inclusive era apoiado pelos entusiastas do movimento Escola Nova (DIAS, 2013).

No conteúdo prescrito no programa de ensino existem alguns elementos que guardam características típicas do ensino geográfico da década de 1930, com alguns conceitos que não são mais utilizados, por trazerem uma perspectiva organicista da sociedade e hegemônica da cultura europeia em relação às outras formas de cultura, como o estudo do "Homem e meio: gênero de vida", além de "Raças" e "Graus de civilização". Esses conceitos mostram a influência francesa da Geografia vidaliana no programa elaborado pela associação. Introduzir novos léxicos no ensino de Geografia era uma forma de supostamente modernizar o ensino da disciplina.

Uma proposta curricular não deve ser lida e compreendida como um catálogo desligado de intencionalidades (GOODSON, 2001). Apesar de a proposta curricular envolver uma aura de cientificidade, seus elaboradores reconheceram que o objetivo da Geografia no ensino secundário não era a formação de geógrafos. No entanto, para os membros da associação era importante a transposição dos saberes geográficos legitimados por eles para o ensino escolar e sua introdução na cultura escolar, para romper com o conhecimento considerado mnemônico. Os autores do currículo faziam parte da FFCL-USP, em um momento da sua institucionalização, sendo local em que seria formada parcela significativa dos futuros professores e, por essa razão, dariam suporte para a implementação dessa proposta curricular, caso tivesse sido viabilizada.

Deve-se relembrar que o ensino secundário possuía um caráter elitista: eram poucos os jovens que conseguiam romper com a barreira de classe social para prosseguir nele. Inúmeros

necessitavam ingressar logo no mercado de trabalho; assim, não disponibilizavam tempo para acompanhar as exigências desta etapa do ensino. A proposta curricular da associação reconhece a erudição do ensino secundário ao apresentar, no início da quinta série, que o "estudante sonha com a Universidade e, por isso, sente de modo confuso que vai se tornar membro de uma certa comunidade intelectual" (AGB, 1935, p. 79).

Quando enviou a proposta curricular, a AGB era uma comunidade científica recém-criada, com apenas um ano de fundação. A partir da elaboração do documento a associação estrategicamente poderia conseguir um reconhecimento de algumas instâncias governamentais do governo federal. Deve-se lembrar que, nesse momento, os políticos e a elite paulista disputavam hegemonia com o governo federal[11], situado no Rio de Janeiro.

Localizou-se duas cartas respostas de autoridades educacionais a respeito do programa de ensino da entidade. Eusébio P. Thomazzo, chefe da educação secundária e normal do governo federal, agradeceu o encaminhamento do documento. E Carlos Drummond de Andrade, enquanto técnico do Ministério da Educação, também agradeceu e informou que a contribuição seria considerada com apreço pelo órgão técnico do ministério (IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc. 02.02.46). Não foram localizados outros documentos históricos com devolutivas e continuidade de diálogos com os gestores públicos, por isso, não é possível afirmar o quanto a proposta da AGB influenciou na elaboração do programa curricular do ensino secundário oficial. Contudo, infere-se que os saberes selecionados na proposta da associação estiveram presentes

[11] Em 1936, criaram a AGB no Rio de Janeiro.

nos seus cursos oferecidos aos professores secundários e nos livros didáticos de Aroldo de Azevedo.

Na quarta edição da revista *Geografia*, Pierre Monbeig publicou um texto com considerações dos dois livros recém-lançados de Geografia Humana de Aroldo de Azevedo, para a quarta série[12] e outro voltado para os cursos pré-jurídicos. Valorizou os livros de Azevedo, os comparando com a qualidade dos materiais elaborados por Delgado de Carvalho, por apresentarem uma Geografia Moderna, possibilitando ao estudante se envolver com uma "geografia racional e cientifica". Para Monbeig, o mérito fundamental de Azevedo apoiou-se em abandonar "completamente as fastidiosas enumerações, de nomes e algarismos" (MONBEIG, 1935, p. 96). É interessante que Monbeig não se eximiu de expor um ponto negativo dos materiais didáticos, por negligenciar conteúdo da Geografia Física, tão necessário para analisar e compreender dados das atividades humanas e econômicas na Geografia Regional; para Monbeig é "preciso não cair nos mesmos excessos, mas inversos, dos passados defensores de um determinismo geográfico estreito" (1935, p. 97).

Neste período, com a inexistência de uma organização curricular, eram os livros didáticos que unificaram as ideias do que deveria ser ensinado nas escolas. Tanto os professores quanto os autores dos livros didáticos não possuíam uma formação específica em Geografia (ALBUQUERQUE, 2011, p. 42), assim como Aroldo de

[12] Aroldo de Azevedo havia realizado a doação de um exemplar de cada livro para a AGB no dia 1º de junho de 1935, quando se tornou também sócio da entidade dos geógrafos (IEB, Acervo Caio Prado Júnior, Doc. 01.02.18 e 02.01.03.07).

Azevedo, quando escreveu esses dois livros, ainda não tinha ingressado como estudante do curso de Geografia.

Em 1936, nas últimas edições da revista *Geografia*, lançaram a "Cadeira de Geografia", uma seção voltada especificamente ao ensino escolar. Ela tinha a intenção de publicar atividades desenvolvidas para o ensino secundário e para uma renovação pedagógica a partir de práticas e uso de materiais didáticos.

José de Oliveira Orlandi teve uma participação significativa na entidade em 1936, enquanto secretário do periódico e publicando na seção "Cadeira de Geografia". Em 1937, licenciou-se na primeira turma do curso de Geografia e História da FFCL-USP. Antes já tinha lecionado em escolas primárias públicas e escrito manuais didáticos para alfabetização. Orlandi, provavelmente, foi uma pessoa versátil, atuou na AGB enquanto era educador e jornalista[13]. No total ele publicou quatro textos: "Excursão ao morro do Jaraguá"[14]; "Visitas às Cia. Docas de Santos", no qual fez um registro dos trabalhos de campo realizados pela entidade; "Methodo de Geographia Humana"; e "O film cinematographico na Geografia".

O "Methodo de Geographia Humana", Orlandi (1936a) descreve a palestra proferida pelo professor Pierre Monbeig no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, provavelmente o seu público fosse principalmente o de professores

[13] Trabalhou como jornalista no jornal *O Estado de São Paulo* e foi um dos fundadores do Museu da Aeronáutica no Parque do Ibirapuera.
[14] Foi realizada na assembleia ordinária de 3 de junho de 1935 uma comunicação por Orlandi, sobre um filme da excursão realizada no Morro do Jaraguá chefiada por Pierre Deffontaines (IEB, Acervo Caio Prado Junior, Doc. 01.02.17).

do ensino primário. É ressaltado a necessidade de apresentar "um ensino vivo, concreto" da Geografia, a partir da "confecção e interpretação de mapas, interpretação de fotografias, leituras" e das excursões didáticas. De acordo com Lira (2017), para Monbeig "os princípios geográficos são apresentados junto às práticas e exercícios que se fundamentam pela valorização do concreto: ancoram-se no trabalho de campo e na descrição da paisagem" (LIRA, 2017, p.179). A proposta curricular elaborada pela associação em 1935 já apresentou essa necessidade de trabalhar com o concreto, principalmente com as crianças mais novas, para depois introduzir os temas mais abstratos, conforme progredia no ensino secundário.

Orlandi, em 1936, assumiu o cargo de diretor e organizador da Biblioteca Central Pedagógica da Secretaria de Educação, cargo que assumiu em 1936, sendo idealizador do cinema educativo (GOLOMECK, 2016, p. 537), algo que também era muito incentivado pelos escolanovistas. Por isso, o texto "O film cinematographico na Geografia" (1936b), apresenta a sua preocupação didática-pedagógica com o recurso audiovisual, como um instrumento para o ensino de Geografia nas escolas. O autor teve contato com uma revista francesa chamada *Film* e comentou sobre um artigo desenvolvido pela professora de geografia Geneavième Verger-Tricom, do Liceu de Moços de Tourcoing, que escreveu sobre a sua experiência com filmes em sala de aula. Orlandi ressaltou que a Geografia na escola deve contribuir com o "saber observar" e o "saber compreender". Como os filmes são dinâmicos, o professor pode pausar ou usar uma luz para salientar no vídeo as observações necessárias aos seus estudantes.

"O ensino de Geografia no ensino secundário", publicado por Aroldo de Azevedo, iniciou com uma narrativa que apresenta uma visão da Geografia escolar desenvolvida no Brasil, caracterizada como cansativa e desinteressante, por possuir "citações incríveis de nomes e números, sem qualquer observação de fundo científico, sem uma só dedução dos dados obtidos, sem uma conclusão tirada da observação dos fatos" (AZEVEDO, 1936, p.2). Entretanto, a proposta de Delgado de Carvalho era considerada exceção no país, qualificada como positiva e sendo comparada com o ensino proposto na Europa e nos Estados Unidos. Azevedo reconheceu que para mudar a concepção de Geografia na escola, a fim de que fosse plantada "semente de boa orientação e dos novos métodos", era essencial proporcionar a oportunidade de formação dos professores. Para ele essa semente iniciou-se com a reforma de 1934, possibilitando a criação da FFCL-USP e da AGB:

> Quer-nos que, pelo caráter e pelos meios de que dispor, deve caber à ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS a alta missão de trazer para o bom caminho as ovelhas desgarradas que inda não quiseram se convencer das vantagens dos novos métodos. Procurar, por todos os modos, combater tal anacronismo, por em realce as modernas diretrizes do ensino geográfico e dar ânimo ao que se propõem realizar alguma coisa de última, nesse sentido. (AZEVEDO, 1936)

Segundo Azevedo era necessário recrutar uma "campanha" para divulgar e ensinar para os professores secundários a Geografia dita Moderna. Azevedo compreendia que a Geografia Moderna era revolucionária, por isso era preciso ensiná-la de forma prudente, para não chocar e gerar repulsa entre os professores.

No texto "a excursão no ensino da Geografia" (1936), João Dias da Silveira enumera de forma minuciosa as etapas de elaboração de uma excursão didática para o ensino escolar, a partir da realidade francesa, conhecida como "lição das coisas". De acordo com Silveira, as excursões são práticas ainda pouco conhecidas no Brasil, por isso passa a ser desinteressante, ao "perder seu aspecto de estudo da realidade" (SILVEIRA, 1936). Enquanto professor do ginásio, expõe o depoimento de um estudante, ao realizar uma excursão didática: "Ficamos encantados com o panorama de lá divisamos e por verificarmos a realidade do que teoricamente havíamos estudado" (SILVEIRA, 1936).

Na dimensão pedagógica, alguns textos propuseram métodos próximos da Pedagogia Ativa do movimento escolanovista, ao divulgar recursos didáticos como o trabalho de campo e a utilização de filmes. Em relação ao saber escolar, existiu uma preocupação central em difundir e criar uma hegemonia da Geografia Moderna, com o objetivo de superar uma Geografia denominada de mnêmica.

Boletim da AGB: trajetória e o saber escolar

O *Boletim da AGB* teve início em 1941, primeiramente como uma seção do RBG do CNG, e nas edições seguintes como um periódico próprio. Seu diretor foi Ary França, mas pode-se dizer que o periódico foi dirigido por várias mãos da diretoria da AGB em São Paulo. As publicações não dão continuidade à seção "Cadeira de Geografia da FFCL". No entanto, é possível identificar dois textos nas cinco publicações do *Boletim da AGB* que mostraram o posicionamento da entidade em relação ao saber escolar, ambos

publicados em novembro de 1944, no número 5: "Os concursos de Geografia para o magistério secundário", de Aroldo de Azevedo, e "Programa de Geografia para os colégios", de Ary França. O primeiro texto tratou dos estudantes egressos de Geografia da FFCL aprovados no concurso de professores para "as cadeiras de Ginásios e Escolas Normais" no estado paulista em 1943, expondo o quanto a AGB era uma extensão da FFCL.

Em relação ao saber escolar, Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, enquanto professores universitários, participaram da organização do concurso e da avaliação dos concursados. Outros três professores catedráticos de estabelecimentos oficiais do estado participaram como examinadores: "prof. Duílio Ramos, do Ginásio de Campinas; prof. Antônio Morais Sampaio, da Escola Normal de Piracicaba; e o prof. Elisiário Martins de Melo, da Escola Normal Peixoto Gomide, de Itapetininga" (AZEVEDO, 1944, p. 86). A prova escrita apresentou um corpo de saberes selecionados do próprio programa oficial para o curso ginasial. No dia da prova foi sorteado um número contendo dois temas, sobre os quais os candidatos tiveram três horas para escrever (Quadro 2).

Quadro 2. Temas do concurso para cadeiras geografia nos ginásios e escolas normais paulistas de 1943

1º Estações. O vale do São Francisco: estudo regional.
2º A forma da Terra e suas consequências. A região do Baixo Amazonas.
3º O ciclo dos litorais. A baixada do Paraguai.
4º Topografia de "cuesta". Litoral de São Paulo: estado regional.
5º Ciclones e anti-ciclones. Zonas "pioneiras" do Brasil Meridional.
6º Climas de Monções. O vale do Paraíba do Sul: estudo regional.
7º Correntes marinhas do Atlântico. O sertão do Nordeste: estudo regional.
8º Regimes fluviais. Recôncavo baiano: estudo regional.

9ºPopulação: zonas de densidade. A planície riograndense do sul: estudo regional.
10º Tipos de colonização. As chapadas do Nordeste brasileiro.
11º O "habitat" rural e o meio. Tipos de costas no Brasil.
12º Localização dos centros urbanos. O problema da classificação dos climas brasileiros
13º Tipos de estradas. Regime de rio Amazonas.
14º Canal do Panamá. O mestiço brasileiro.
15º Tipos de agricultura. Distribuição da população brasileira.
16º Comércio mundial do carvão. Colonização alemã no Brasil.
17º América do Sul: estrutura geológica.
18º O vale do São Lourenço: estudo regional. Os portos brasileiros.
19º Península Ibérica: regiões naturais. A siderurgia no Brasil.
20º Austrália: paisagens vegetais. A cidade de São Paulo.

Fonte: *Boletim da AGB* nº 5, 1944.

A lista não pediu enumeração de nomes de rios e relevos, como ocorria na tão criticada Geografia dita Clássica ou Mnemônica pela associação dos geógrafos. Os pontos apresentaram normalmente um tema contemplando assunto da Geografia Física e outro da Geografia Humana. Na lista é possível mencionar alguns pontos que provavelmente foram influenciados pelos professores universitários, como a presença significativa das regionalizações e concepções como "*habitat* rural e o meio". Outro elemento que chamou a atenção é que a lista supracitada não abordou diretamente a Cartografia, um conhecimento tão caro à Geografia. Apesar disso, indiretamente, entende-se que o candidato teria condições de abordar questões cartográficas em cada item da lista. No entanto, na prova prática a Cartografia foi o tema central da avaliação.

É relevante ressaltar que Azevedo e Silveira tiveram o controle de dois momentos importantes no concurso, tanto na seleção do corpo de conhecimentos quanto na avaliação dos

candidatos. Na conclusão do texto, observa-se o controle que o professores da FFCL visaram exercer no interior do sistema de ensino, ao avaliarem nos candidatos o conhecimento culturalmente válido pela academia no ingresso do ensino secundário, que consistiu no domínio dos saberes da dita Geografia Moderna, visando a difusão e a consolidação dessa tendência teórico-metodológica:

> Mas há um fato que não podemos deixar de pôr em destaque: a vitória da moderna Geografia nessa pugna decisiva, travada pelo bem de nossa cultura. Inegavelmente, o ensino geográfico só teve a lucrar com as provas realizadas; a Geografia saiu enaltecida e um sangue novo veio fortalece-la, nas principais cidades do estado. E isto já foi alguma cousa. (AZEVEDO, 1944, p. 89)

Em 1942, a divisão do ensino secundário criada por Francisco Campos foi reajustada na Reforma Capanema, com o estabelecimento do ciclo ginasial em quatro anos[15] e do ciclo colegial em três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início de 1970. Em 1944, como ainda não havia o decreto do programa de Geografia para as três séries do 2º ciclo do curso secundário, novamente, a associação aproveitou o momento da reforma para elaborar e apresentar uma outra proposta curricular, assegurando suas concepções geográficas para essa etapa do ensino e enviando-as para o ministro da Educação. Diferentemente da proposta curricular de 1935, essa praticamente não foi citada em outras pesquisas acadêmicas relacionadas à história da Geografia escolar ou da associação.

[15]Na programação curricular do ginásio, a disciplina de Geografia se dividiu da seguinte forma: 1ª e 2ª séries com duas aulas de Geografia Geral; e 3ª e 4ª séries com duas aulas de Geografia do Brasil.

Os debates para a elaboração da proposta se iniciaram em abril, com publicação em novembro no periódico da AGB. Diversos autores a redigiram: Pierre Monbeig, Maria Conceição Vicente de Carvalho, José R. Araújo, Renato Silveira Mendes e Ary França. Existiram duas sessões nas quais professores de Geografia das escolas da capital paulista foram convidados para dar sugestões. Não foi possível identificar quantos professores do ensino básico participaram dessas sessões.

A primeira série era voltada para a Geografia Geral, a segunda série trataria de Geografia Humana e a terceira série da Geografia do Brasil, com a preocupação de tecer os conhecimentos de Geografia Física, Humana e Regional para os estudos sobre o país. Ao contrário da proposta curricular apresentada em 1935, essa possui uma listagem maior de conteúdo. Para exemplificar, na terceira série propôs-se 37 tópicos para serem ensinados, apesar de afirmarem não ser "um programa de grandes Unidades, como os outros" (FRANÇA, 1944, p. 92). Nesse período, provavelmente as propostas eram mais extensas, porque o ensino secundário no país tinha perdido pouco do seu caráter elitista, mantendo-se um privilégio social, sendo difícil o seu acesso e a sua conclusão por parcela significativa da sociedade. Muitos jovens precisavam ingressar no mercado de trabalho precocemente para contribuir com a renda familiar e não dispunham de tempo para acompanhar o ritmo escolar, ainda mais a partir de um currículo de "cultura geral" extenso e amplo de disciplinas e conteúdos no ensino colegial. Como visto, no curso de Geografia da FFCL-USP perpetuou-se uma tendência academicista, que levou os autores da proposta curricular

a prescreverem e privilegiarem essa característica no ensino secundário.

Os temas voltados ao 1º ciclo se repetem no 2º ciclo, a diferença é que este possui um grau de detalhamento e aprofundamento maior, inclusive termos como "gênero de vida" e "raça" continuam presentes, sendo característicos da Geografia de tradição francesa. Existiu certo esforço da associação em São Paulo em direcionar a Geografia Moderna para a escola, a partir do currículo prescrito, como um saber dominante no ensino secundário, no sentido de ser incorporada e transmitida pela cultura escolar. Não houve um cuidado com a dimensão pedagógica, como visto na proposta curricular anterior, por exemplo, na tentativa de partir do concreto para o abstrato e da utilização dos recursos didáticos. A preocupação anterior existiu tendo em vista que a proposta curricular tratou das séries iniciais do ensino secundário, sendo os estudantes mais novos. Já a nova proposta destinou-se aos estudantes das séries finais do ensino secundário; talvez houvesse o interesse de aproximá-los de um ensino mais abstrato e próximo ao acadêmico.

Considerações finais

Após a derrota paulista de 1930, as suas organizações políticas e parcela dos seus intelectuais deram início à formação da USP, atendendo o interesse de projetar o estado como pioneiro no desenvolvimento acadêmico no país. Para os intelectuais fundadores da universidade, a vinda da missão francesa para a inauguração dos cursos da FFCL os deslocaria de uma condição periférica de conhecimento científico em relação a outras partes do

mundo. É possível afirmar que os professores franceses tiveram papel crucial na formação da Geografia da USP, assim como nos cursos de Ciências Humanas dessa instituição.

Existiu a necessidade de oferecer formação superior aos professores secundários, de acordo com Fernando de Azevedo, um dos principais fatores para o surgimento da seção de Geografia e História na FFCL. Por fim, a institucionalização do ensino superior de Geografia no país propiciou a organização e a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a princípio enquanto uma comunidade científica inspirada nos moldes da *Association de Geographie Française*.

Apesar de os periódicos da associação não surgirem com o propósito de serem uma revista pedagógica, mas sim científica, possivelmente foram utilizados em diferentes momentos como material de referência para a formação de professores tanto na universidade quanto nas secretarias de ensino.

As preocupações pedagógicas que consiste nos movimentos, ações e iniciativas para a transformação do conhecimento em conhecimento que posso ser aprendido, estiveram presentes nos anos iniciais da entidade, principalmente na revista *Geografia*, com as sugestões de práticas partindo da concretude ao abstrato e da utilização de alguns materiais didáticos (principalmente mapas, filmes e trabalhos de campo). Porém, a pouca preocupação com o processo de ensino e aprendizagem não era apenas da AGB. Pesquisas mostraram, em geral, que a prática do professor não era uma preocupação do ensino secundário; por exemplo, o interesse pelos métodos ativos do movimento escolanovista estiveram mais presentes nas ações do ensino primário. Observa-se esse fato

também na entidade dos geógrafos, tanto que a recomendação de trabalhar com o concreto ou mais familiar com os estudantes era para os anos iniciais do ensino secundário, de acordo com a proposta curricular de 1935.

Com base na leitura dos textos dos periódicos, é possível afirmar que a AGB se responsabilizou por ser porta-voz do conhecimento moderno, concebendo o saber escolar como um conhecimento requerente de uma conformidade com o científico. Nesse período não existia a concepção de cultura escolar: a entidade entendia a escola como um lugar de reprodução cultural da academia.

O conhecimento que a associação desejou transmitir não era "aleatório e inocente". Entende-se que, enquanto uma comunidade científica no processo de consolidação no país, os membros da associação estrategicamente sabiam da importância da escola como um lugar de transmissão do conhecimento, contribuindo para a ruptura com a Geografia mnemônica, em defesa de um modelo da Geografia dita como moderna. A articulação do saber escolar e científico é complexa, não pode ser entendida como um processo mecânico e linear, em que necessariamente o que se produz na academia será (ou deva ser) incorporado instantaneamente pela escola. Por tanto, a Geografia denominada mnemônica permaneceu e ainda alguns elementos dela permanecem, em certo modo, nas práticas cotidianas das aulas de Geografia.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Dois Momentos na História da Geografia Escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 01 n. 02, 2011. pp. 19-51.

ANDRADE, Manuel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 09, p. 143-152, 1991.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Histórico. Ano I, n.1. In. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE, Rio de Janeiro: v. 3, n. 1, jan./mar. de 1941.

AZEVEDO, Aroldo de. Os concursos para o magistério secundário. **Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, n. 05, p. 85-89, 1944.

AZEVEDO, Aroldo de. O ensino da Geografia no curso secundário. **Geografia**, São Paulo, n. 04, p.02, 1936.

BICCAS, Maurilene de Souza. Impressos pedagógicos como objetivo e fonte para a História da Educação em Minas Gerais: revista do ensino (1925-1940). In: MORAIS, C. C; et al. (Org). **História da Educação:** ensino e pesquisa. São Paulo: Autêntica, 2008, p.71-106.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 4 ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 408 p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, Civilização e Trabalho:** o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1970). São Paulo: Loyola, 1990. 227 p.

CAPEL, Horácio. História de la ciencia e história de las disciplinas cientificas: objectivos y bifurcaciones de un programa de investigación sobre historia de la geografia. **Cuadernos críticos de Geografia Humana**. Barcelona, ano 12, n. 84, 1989. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/geo84c.htm>.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 02, p. 177-229, 1990.

DEFFONTAINES, Pierre. A associação dos geógrafos brasileiros (Introdução). Geografia. **Geografia**, São Paulo, ano 1, n. 01, p. 07-09, 1935a.

DEFFONTAINES, Pierre. Apresentação. **Geografia**, ano 01, n. 02, p.1, 1935b.

DIAS, Angélica Maria de Lima. **Linguagem lúdica como estratégia metodológica para geografia escolar na revista do ensino de minas gerais (1925-1935)**. 2013. 95f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FRANÇA, Ary. Programas de Geografia para os colégios. **Boletim dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, ano 4, n. 5, 1944.

GOLOMECK, Patrícia. **Caetano de Campos**: a escola que mudou o Brasil. São Paulo: Edusp, 2016. 823 p.

GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2018. 160 p.

GOODSON, Ivor. **O Currículo em Mudança:** estudos na construção social do currículo. Porto: Porto Editora, 2001. 230 p.

LESTEGÁS, Francisco Rodrigues. Concebir La Geografia Escolar desde una nueva perspectiva: uma disciplina a serviço de la cultura escolar. **Boletín de la Asociación Española de Geografía**. Espanha, n. 33, p. 173- 186, 2002.

LIRA, Larissa de Alves. **Pierre Monbeig e a Formação da Geografia Brasileira:** uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão de valores literários, "tentação à ação" e sistematização do método (1925-1957). 2017. 418 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MARTINS, Maria do Carmo. **A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares**: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 274 p.

MONBEIG, Pierre. A Geografia no Ensino Secundário. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 26, p. 163-171, 1945.

MONBEIG, Pierre. Aroldo de Azevedo: geografia Humana (curso pre-juridicos); Geografia para quarta série. Vols. XXVI e XXXVIII da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo. **Geografia**, ano 01, n. 04, p. 96-97, 1935.

MONBEIG, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de; CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. O ensino secundário de Geografia. **Geografia**, São Paulo, ano 01, n. 01. p.77-85, 1935.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. **O lugar na fronteira de Pierre Monbeig**. 2013. 361 f. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ORLANDI, José de Oliveira. O film cinematographico na geographia. **Geografia**, São Paulo, ano 02, n. 01, 1936b.

ORLANDI, José de Oliveira. Methodologia do ensino de geographia. **Geografia**, São Paulo, 1936a.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. 302 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

SEABRA, Manoel. Caio Prado Jr. e os Primeiros Anos da AGB. In: LUMATTI, P. et al. (orgs). **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 13-126.

SILVA, Maria Ediney Ferreira da. **A construção da identidade nacional no livro didático de Geografia** – 1842-1945. 2018. 316f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVEIRA, João Dias da. A excursão no ensino da Geografia. **Geografia**, n. 04, 1936.

PEREIRA, Diego Carlos. **Movimento Escola Nova e Geografia Moderna Escolar:** em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941). 2019. 227f. Doutorado Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; TOMOKO, Iyda Paganelli; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 383 p.

ZUSMAN, Perla. Brígida. **Sociedades Geográficas na promoção dos saberes a respeito do território:** estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). 209 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Submetido em: 12 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 30 de agosto de 2022.
Aprovado em: 14 de setembro de 2022.

Como citar este artigo:

DE CASTRO LOPES, M. R. O SABER ESCOLAR NOS PRIMEIROS ANOS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (1935-1944): UM ESTUDO A PARTIR DA REVISTA GEOGRAFIA E DO BOLETIM DA AGB. **Terra Livre**, ano.37, V.1, n.58, 2022, p.383-417. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2266.